

"Cresceremos com estabilidade"

* 7 JUN 2005

Economia - Brasil

LILIANA LAVORATTI

Rio

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, assumiu o cargo dias atrás com uma tarefa adicional em meio à enxurrada de críticas contra os juros altos, que assumem cada vez mais caráter político por causa da crise entre o Executivo e o Legislativo e a corrida presidencial de 2006. Ele é um dos responsáveis na busca de apoio do Congresso para aprovar a agenda positiva de medidas microeconômicas do ministro Antonio Palocci, com a qual o governo tenta se contrapor ao clima negativo gerado pelas denúncias de corrupção. E para isso o economista

tem um discurso bem afiado.

"Para crescer de forma sustentada e equilibrada não é preciso mudar esta política econômica. Ao contrário, é necessário colher as consequências da política econômica que vem sendo implementada, o que começa a acontecer", enfatiza o secretário em entrevista a este jornal. Embora não queira prever prazos, de uma coisa Appy não tem dúvidas: os juros reais vão cair em relação aos níveis atuais. "Qual a minha perspectiva de longo prazo para os juros? É claramente a



Bernard Appy

de que vão cair, mas cabe ao Banco Central decidir quando e em quanto", acrescenta, minimizando os efeitos da crise política e da proximidade das eleições presidenciais na definição dessa trajetória.

Segundo Appy, o que se coloca agora é a importância de o País crescer com estabilidade. "Esse é o objetivo fundamental da política econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, permitir o crescimento inclusive no curto prazo sem que isso se faça à custa do sacrifício do desenvolvimento de longo prazo", argumenta o secretário, referindo-se aos ciclos de curta duração registrados no passado.

Continua na página A-6

GAZETTA MERCANTIL

Lula no Brasil

“Cresceremos com estabilidade”

*A agenda
microeconômica
visa melhorar o
ambiente de
negócios*

LILIANA LAVORATTI
Rio

Continuação da página A-1

“Exemplos não faltam de períodos de expansão feitos à base do excessivo endividamento externo ou público e emissão de moeda, que geraram desequilíbrios macroeconômicos e cobraram o seu preço em forma de interrupção”, diz Appy. Na opinião dele, essa é a diferença entre o ciclo atual de crescimento e os anteriores. Ele sublinha que em nenhum momento essa expansão do Produto Interno Bruto (PIB) comprometeu a estabilidade macroeconômica. “O resultado das contas do governo sinaliza claramente para a redução futura da relação entre o tamanho da nossa dívida pública e o PIB, é sólida a situação das contas externas e a inflação está sob controle. Estamos com todas as condições de continuar crescendo com sustentabilidade”.

Segundo Appy, alguns indicadores mostram que no segundo semestre deste ano haverá aceleração do crescimento da atividade econômica, ao contrário do que ocorreu no primeiro trimestre de 2005, quando o crescimento do PIB subiu apenas 0,3% em relação aos últimos três meses de 2004, segundo dados divulgados semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE). “A maior parte das projeções do mercado aponta um ritmo de expansão da economia mais forte do que tivemos de janeiro a março”, diz. “Por isso, já podemos afirmar que a gestão da política econômica está criando condições para continuarmos crescendo de forma sustentada e equilibrada.”

É nessa previsão otimista que Appy se baseia para afirmar que não há porque pensar em mudanças na política econômica. “Quem gera os juros é o Banco Central, o nosso trabalho na Fazenda é criar condições para o Banco Central reduzir os juros com consistência e, no longo prazo, fazer a economia se expandir mais rapidamente.”

A idéia central que o secretário utiliza para defender a política econômica do governo Lula é uma só: mudanças na condução macroeconômica de curto prazo — especialmente a flexi-

bilização da política monetária — dependem em boa parte do sucesso da política microeconômica que o Executivo vem implementando e tentará concluir a partir de agora na Câmara e Senado, abrangendo desde a retomada da famigerada reforma tributária até a criação de um cadastro positivo no sistema financeiro para cobrar juros menores dos bons pagadores.

Enquanto a gestão macroeconômica de curto prazo objetiva garantir caminho para o crescimento sustentado, a agenda microeconômica é voltada para melhorar o ambiente de negócios, os investimentos e, finalmente, maior eficiência da economia. “As medidas de desoneração tributária já feitas e em andamento vão neste sentido, bem como aquelas voltadas para o estímulo da poupança de longo prazo e o funcionamento mais adequado do mercado financeiro

e de capitais”, diz Appy. “Tudo isso vai resultar em um ciclo de investimentos financiado com recursos privados e de longo prazo, o que nunca ocorreu no Brasil”. Apesar das críticas aos juros altos, o BC tem acertado no aperto da política monetária, defende Appy. “O Banco Central acertou no ano passado quando segurou um pouco o ritmo de queda nos juros diante da forte retomada da atividade econômica para não permitir a volta da inflação.” Para o secretário, não se deve atribuir integralmente a desaceleração do PIB à política de juros altos, mas a dois componentes combinados.

“Um deles é cíclico, é normal que depois de um período de incremento da economia haja uma pausa para respirar e depois tudo voltar ao caminho natural”. O outro reflete os efeitos da política monetária no consumo, admite Appy.